

AVALIAÇÃO DO TRABALHO AUTÔNOMO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR ENTRE 2005-2006

EVALUATING SELF EMPLOYMENT IN METROPOLITAN REGION OF SALVADOR BETWEEN 2005-2006

Wilson F. Menezes^(*)
Gustavo Tonheiro Palmeira^(**)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as características socioeconômicas dos trabalhadores autônomos da cidade de Salvador, Bahia, além de fazer uma análise comparativa entre os trabalhadores autônomos com e sem contribuição à previdência social e autônomos que trabalham para o público e para as empresas. Para tanto, foram utilizadas as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador, para os anos de 2005 e 2006, quando foram então filtradas as informações referentes ao município de Salvador. Os principais resultados são, por um lado, a existência de um impacto positivo da escolaridade sobre os rendimentos do trabalhador autônomo, e, de outro, percebeu-se que a média dos rendimentos é mais elevada para os autônomos que contribuem à previdência social relativamente àqueles que não contribuem. **Palavras-chave:** trabalho autônomo, mercado de trabalho, rendimento do trabalhador autônomo.

ABSTRACT

This paper aims to present the socio-economic characteristics of the self-employed workers of the city of Salvador, Bahia, and makes a comparative analysis between the self-employed workers who contribute and who don't to the social welfare and self-employed who works for families and works for companies. To accomplish this purpose, it has been used data from Research of Employment and Unemployment of the Metropolitan Area of Salvador, related to 2005 and 2006, when the information have been filtered. The main results are, on one hand, the existence of a positive impact of the schooling on self-employed income, and, on the other hand, it has been noticed that the average of the incomes is higher for the self-employed workers who contribute to the social welfare compared to those who don't.

Key words: self-employed work, labor market, income of self-employed worker.

(*) Pós-doutor pela Université de Paris XIII, professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, e-mail: awilson@ufba.br.

(**) Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, e-mail: gustavopalmeira@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A globalização e a reestruturação do sistema produtivo em caráter mundial construíram uma nova dinâmica socioeconômica para as economias nacionais. Isso tem levado a grandes transformações que impulsionam uma remodelação nas formas de emprego e na exploração do trabalho, por meio de novas gestões do processo produtivo. Um dos resultados disso é o aparecimento de novas atividades econômicas, assim como o desaparecimento ou a remodelação de outras. Incluído nesse ambiente está o trabalho autônomo, que, possuindo características singulares, vem mudando e acompanhando todas essas transformações.

O trabalhador autônomo é um profissional sem vínculos empregatícios que serve tanto ao público em geral como às empresas. Segundo *Menezes, Cruz*, nas duas condições, tem-se uma dissimulação para a não existência de um contrato de trabalho, resultando numa redução dos custos de mão-de-obra, tanto por parte das empresas quanto do público em geral. O autônomo é, dentre as categorias profissionais, aquele que realiza seu trabalho de forma mais independente, ele escolhe para quem trabalhar e quando prestará seus serviços.

Quando se observa o trabalho autônomo no plano internacional, percebe-se a sua grande importância, mesmo que existam especificidades para cada região no globo. Enquanto na Europa em geral se percebe um declínio do auto-emprego, no Reino Unido ocorre justamente o aumento do auto-emprego. Nos EUA vem ocorrendo um aumento de trabalhadores autônomos acima dos 50 anos, fato esse que não tem ocorrido em outras nações.

Este trabalho tem como objetivo apresentar as características socioeconômicas dos trabalhadores autônomos de Salvador, além de fazer uma análise comparativa entre os trabalhadores autônomos com e sem contribuição à previdência social. Para tanto, foram utilizadas as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), para os anos de 2005 e 2006, quando foram então filtradas as informações referentes ao município de Salvador.

O trabalho encontra-se dividido em mais cinco partes além dessa introdução. A parte dois apresenta uma reflexão sobre a ocupação autônoma no mundo e no Brasil, assim como as suas características. Em seguida, a teoria da segmentação do mercado de trabalho é apresentada, de maneira a fornecer elementos para uma segmentação do mercado de trabalho de Salvador. Na parte quatro apresenta-se uma estatística comparativa entre os trabalhadores da cidade de Salvador a partir de dois critérios: a forma de atuação no mercado e a condição de contribuição à previdência. Na quinta é feita uma análise dos determinantes dos rendimentos dos trabalhadores autônomos de Salvador, para em seguida serem apresentadas algumas conclusões.

2. A OCUPAÇÃO AUTÔNOMA NO MUNDO E NO BRASIL

O trabalhador autônomo seria, por um lado, um tipo de profissional contratado pelas empresas como prestadores de serviço, sem vínculo empregatício; e por outro, esse traba-

lhador dirige suas atividades diretamente voltadas ao público em geral. Esta característica do autônomo facilita a não formação de contratos de trabalho, o que gera uma redução no custo da mão-de-obra. Um desses custos seriam os encargos previdenciários, que ficam por conta do trabalhador (MENEZES, CRUZ, 2007).

Tais características apresentadas sugerem que a forma autônoma não é a situação de emprego desejável pela maioria dos trabalhadores. *Banchflower* apresenta, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os trabalhadores autônomos como estando mais satisfeitos com seu trabalho do que aqueles que possuem uma ocupação assalariada. A idéia de ser “seu próprio patrão” e “não ter de obedecer ordens” é, segundo esse autor, um dos motivos que satisfazem os autônomos com sua ocupação.

Qual seja a forma, a consolidação do uso do trabalho autônomo tem sido acompanhada de uma promessa implícita de grandes ganhos financeiros, independência e maturidade profissional. Mas, não se pode esquecer que o volume crescente de trabalhadores autônomos pode também estar relacionado com a queda dos rendimentos dos assalariados vinculados ao setor formal da economia. Dessa forma, o trabalho autônomo é definido, de forma generalizada, como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de modo independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe na forma de rendimento e não de salário (MENEZES, CRUZ, 2007).

Existem muitas profissões que geram espaço para a função autônoma. Isso pode ser observado no caso do profissional liberal de áreas como medicina, direito, *design*, entre outras, bem como nos autônomos prestadores de serviço, que não são subordinados a um empregador e exercem sua função com relativa liberdade. Nesse último caso, tem-se como exemplo os ambulantes, feirantes, proprietários de pequenos negócios, etc.

No plano internacional, a ocupação autônoma no mercado de trabalho é um fenômeno importante. Nos EUA os trabalhadores autônomos apresentam uma faixa etária elevada e uma forte presença de homens, muito embora cada região tenha uma constituição singular sobre esse tipo de profissional. Essa característica americana se dá em um ambiente de elevada escolaridade e em áreas distintas tais como agricultura e construção civil. A proteção social comumente existente para assalariados é praticamente inexistente para eles (KAROLY, ZISSIMOPOULOS, 2003).

Os países da OCDE possuem muitas especificidades sobre o trabalho autônomo. No Reino Unido e na Nova Zelândia existem altas taxas de inserção do trabalho autônomo, contrariando a média dos demais países da OCDE. A absorção dessa mão-de-obra, nesses dois países, apresenta uma forte participação de trabalhadores homens e de faixa etária mais elevada, tal como acontece também nos EUA. Isto pode ser explicado porque as mulheres que se enquadram em faixas etárias elevadas preferem se dedicar mais a atividades domésticas (MENEZES, CRUZ, 2007).

Esses trabalhadores costumam apresentar reclamações sobre questões vinculadas à saúde, bem como sobre o curto espaço de tempo de que dispõem para o lazer e para a família, além da elevada pressão de suas atividades profissionais. Os autônomos dos países que compõem a OCDE apresentam quadros emocionais que evidenciam situações de es-

três e esforço, provocando quadros sistemáticos de insônia. Apesar desse quadro, a qualidade de vida desses trabalhadores apresenta um nível de satisfação superior ao dos assalariados (BANCHFLOWER, 2000). O diferencial de salário e a liberdade de atuação podem ser boas razões que explicam essa escolha ocupacional.

A ausência de proteção social é um importante elemento de queixa desses trabalhadores. Em conferência europeia da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS) em 1997, esse problema foi debatido, quando foram levantadas várias questões sobre a dificuldade de incluir os trabalhadores autônomos na seguridade social.

São muitas as dificuldades para reconhecer o trabalhador como autônomo nos países europeus. Essas dificuldades decorrem do fato de existirem definições conflitantes entre esses países. *Willians* (1999), seguindo os passos de *Schoukens*⁽¹⁾, apresenta esse problema quando analisa uma tentativa de definição para toda a Europa. Esse autor apresenta uma valiosa análise comparativa entre emprego e trabalho autônomo, sem que isso elimine as diferenciações entre as categorias ocupacionais presentes nos dois tipos de inserção no mercado de trabalho⁽²⁾.

Nos países europeus não há homogeneidade de critério para classificar um trabalhador como autônomo. Isso permite a existência de índices com variações bastante diferenciadas entre os países, gerando muita dificuldade para se formar uma medida padrão que seja utilizável por todos. Na OCDE, os índices de mão-de-obra autônoma são mais elevados nos países mais pobres, onde a agricultura se apresenta ainda marcante. Por outro lado, na maioria dos países apresenta queda do auto-emprego, com exceção do Reino Unido onde existe um elevado número de trabalhadores autônomos. Isso pode ser explicado pelo fenômeno da globalização com sua avançada reestruturação do processo produtivo, em que ocupação autônoma aparece com realce e é considerada como normal.

É interessante salientar que um aumento na proporção da força de trabalho autônoma não necessariamente produz efeitos macroeconômicos positivos, ou seja, um incremento no quantitativo desses trabalhadores não necessariamente é a melhor opção para a economia.

“There is a good deal of evidence that the trend in self-employment is downward in many OECD countries. Evidence from a series of GDP growth equations presented in *Banchflower* (2000) did not suggest that the self-employment rate increased the real growth rate of the economy; in fact there was even evidence of the opposite. I have seen no convincing of any kind in the literature that either increasing the proportion of the workforce that is self-employed, or having a high level of self-employment produces any positive macroeconomic benefits. Such evidence that does exist suggest quite the reverse. More is not Better” (BANCHFLOWER, 2004).

É interessante apontar que muitos governantes desses países desenvolvem políticas públicas de apoio a micro e pequenos negócios na expectativa de que estes reduzam as

(1) *The definition of self-employment from a comparative and European perspective*, p. 103.

(2) A discussão sobre como categorizar o trabalhador autônomo foge da proposta deste trabalho; entretanto Willians aponta que parte da exclusão da previdência para aqueles que detêm sua própria ocupação vem da dificuldade de existir uma legislação que compreenda a função de autônomo.

desigualdades sociais e a pobreza, pois esses pequenos negócios geram emprego e distribuição da renda. Esses incentivos podem vir como empréstimos aos pequenos negócios em criação, como é feito no Reino Unido e EUA, ou por meio de pagamentos de transferência incentivando assalariados a constituírem pequenos negócios, tal como ocorre na França e na Austrália. No Brasil também existe incentivo a micro e pequenos negócios na tentativa de também reduzir a pobreza e exclusão social por meio de redução da carga tributária e incentivo ao crédito para esses micro-empresários.

Ainda no Brasil, o trabalhador autônomo ou por conta-própria pode ser definido por “algumas categorias de trabalhadores que possuem características que lhes permitem ter autonomia sobre o processo de trabalho” (KON, 2002). Isso decorre da forma como se verifica a geração e apropriação do excedente de produção, ou mesmo da disposição de meios de produção por parte dos autônomos. É possível que um trabalhador autônomo forneça sua força de trabalho a empresas sem que isso caracterize um contrato formal de trabalho, mas mesmo assim essa força de trabalho continua subordinada ao processo de trabalho definido pela empresa.

A forma de subordinação ao trabalho fica estabelecida em relação ao trabalhador autônomo, que se diferencia pelo fato de poder exercer suas atividades com maior independência, diferentemente do assalariado que já possui uma relação de subordinação estruturalmente definida. Um profissional autônomo é, portanto, aquele que trabalha por conta-própria mediante uma remuneração, sem que isso caracterize um empregado. Isso naturalmente permite uma grande flexibilidade no cumprimento de uma jornada de trabalho, além de incorrer com todos os riscos inerentes à sua atividade econômica. Por outro lado, a autonomia da prestação de serviços pode conferir uma posição de empregador em potencial a esse trabalhador, mesmo quando ele pode explorar, em proveito próprio, a própria força de trabalho (MENEZES, CRUZ, 2007).

No que tange a macroeconomia, o comportamento da presença de trabalhadores autônomos é o inverso quando comparado ao dos assalariados com carteira assinada. *Cardoso e Fernandes* observaram que nos períodos de recessão econômica (décadas de 80 e 90) a proporção de trabalhadores formais caiu relativamente, enquanto que a participação relativa dos trabalhadores autônomos aumentou. Já em períodos de recuperação econômica, a proporção de trabalhadores autônomos diminuiu, enquanto a dos trabalhadores formais aumentou. Dessa forma, é possível concluir que a participação dos trabalhadores autônomos na ocupação total da economia brasileira se apresenta de maneira contra-cíclica.

Mesmo assim, quando se observa o quantitativo absoluto do trabalho autônomo percebe-se que ele não pára de crescer no Brasil. Esse fato, no entanto, não nega o que foi dito no parágrafo anterior, pois a relação inversa entre o crescimento do emprego com carteira assinada e o do trabalho autônomo é muito forte. Isso confirma a observação de *Noorderhaven*, ou seja, existe uma relação inversa entre o nível de recuperação econômica e o número de trabalhadores autônomos no mercado de trabalho. Isso está ligado à parcela de autônomos que possui certa qualificação em capital humano, proveniente das capacidades inatas do indivíduo ou da sua aquisição de cultura formal ou informal, que permite aumentar o número de oportunidades de trabalho. Assim, o trabalhador que possuir certa

qualificação, ao passar por momentos de crise, é redirecionado ao trabalho autônomo e em períodos de retomada, pode voltar ao emprego com carteira assinada. Dessa sorte, esses trabalhadores podem passar por um momento de auto-emprego enquanto que outros trabalhadores de igual qualificação e cultura enfrentam maiores dificuldades, quando de um desaquecimento do mercado de trabalho.

3. A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E O AUTÔNOMO

Para a teoria da segmentação existem dois tipos de mercado de trabalho que funcionam sobre regras diferentes. Um primeiro tipo seria um mercado interno de trabalho à empresa, que passa a explorar uma competitividade entre os indivíduos que ela emprega. Por outro lado, o mercado externo funciona de maneira semelhante aos moldes walrasianos, ou seja, as leis de mercado garantem um possível equilíbrio. O primeiro mercado aparece com mais frequência no interior das grandes firmas, onde os trabalhadores são remunerados por um sistema de hierarquia interna por meio de planos de cargos e salários; enquanto o segundo aparece com mais frequência nas pequenas e médias empresas.

Dessa forma, apesar de o mercado de trabalho sempre ter sido visto pela teoria econômica tradicional como sendo linear e contínuo, tal como é normalmente apresentado no modelo neoclássico, muitos estudos demonstram que o mercado de trabalho se diferencia em pelo menos dois grandes segmentos, com forte dicotomia entre esses espaços distintos (DOERINGER, PIORE, 1971). Para esses autores, existe uma importante oposição de ordem organizacional no mercado de trabalho. Os elementos organizacionais permitem distinguir dois tipos de empresa, cujas estratégias de absorção de força de trabalho se diferenciam: um primeiro tipo de empresa, que cria seu mercado interno de trabalho e passa a explorar uma competitividade entre os indivíduos já empregados por ela, enquanto o segundo tipo de mercado de trabalho, externo à empresa, funciona de maneira semelhante aos moldes walrasianos. Existem, dessa forma, dois segmentos bem distintos de mercado de trabalho, os quais impõem formas diferenciadas de determinação dos ganhos e das condições de trabalho. Esses segmentos formam o mercado interno e externo (MENEZES, BISPO FILHO, 2004).

Dessa forma, entende-se por mercado interno aquele formado por firmas que estabelecem regras e protocolos específicos para a alocação de trabalho e definição da remuneração. A determinação de salários segue um plano de cargos e salários, de sorte que os postos de alta remuneração também são os mais importantes. A hierarquia dos postos de trabalho segue a necessidade técnica interna da firma, sendo que as remunerações acompanham essa hierarquia. A firma aloca as competências individuais dos trabalhadores por meio da posição hierárquica e da performance dos trabalhadores. Assim, os vários postos de trabalho exigem vários níveis salariais.

O mercado externo, por sua vez, possui regras que estimulam uma concorrência muito forte entre os trabalhadores. Remuneração, alocação de trabalho e formação dos trabalhadores são definidas por critérios meramente econômicos, permitindo portando uma grande flexibilidade alocativa, além de permitir uma forte concorrência entre as fir-

mas e entre os trabalhadores, de maneira que os trabalhadores enfrentam em seu cotidiano o livre jogo entre a oferta e a demanda de trabalho.

Em comparação ao mercado externo de trabalho, o mercado interno permite salários mais elevados, entretanto, necessita de melhores qualificações do trabalhador. Para tanto, ele costuma oferecer melhores condições para o desenvolvimento do trabalhador, para que este eleve seu conhecimento, e oferece melhores condições de trabalho, maior possibilidade de sindicalização, estabilidade e segurança no emprego, além de promoção e crescimento dentro da empresa. O mercado externo fica então com os aspectos negativos da concorrência do mercado de trabalho, em que o trabalhador se submete a condições impostas pelas firmas, portanto um menor salário, uma maior rotatividade do trabalho, postos de trabalho com remunerações flexíveis, chegando até a condições de trabalho precárias e jornadas de trabalho longas.

Cardoso e Fernandes entendem que existem dois núcleos de trabalhadores: o primeiro seria o núcleo estruturado, formado por trabalhadores com carteira e os servidores públicos; o segundo núcleo é pouco estruturado, composto de trabalhadores não remunerados, dos trabalhadores sem carteira assinada e dos autônomos em funções em que não há uma separação entre o capital e o trabalho. Esses dois núcleos competem entre si nos mesmos postos de trabalho em períodos de crise e/ou recuperação econômica, em que o mercado de trabalho escolhe o trabalhador a partir da situação econômica.

A agregação dos mercados internos permite formar o chamado mercado primário, enquanto a agregação dos mercados externos forma o já conhecido mercado secundário. O mercado primário é, portanto, constituído principalmente por grandes firmas; enquanto que o mercado secundário é composto por relações de trabalho subordinadas aos fluxos de oferta e demanda. Os mercados primário e secundário de trabalho devem ser entendidos como formando uma segmentação, a qual é baseada em duas grandes características bem definidas. A primeira permite mostrar que cada segmento de mercado de trabalho deve funcionar de maneira independente, logo suas leis e regras são diferentes; enquanto a segunda permite mostrar a existência de uma forte barreira à mobilidade entre os segmentos interno e externo.

Os empregos do mercado interno são racionados e escassos. Assim, mesmo que não se saiba exatamente o que conduz cada trabalhador a um ou a outro segmento do mercado de trabalho, é perfeitamente factível encontrar indivíduos possuindo as mesmas dotações economicamente produtivas, mas que têm acesso a um ou outro segmento do mercado de trabalho. Dessa sorte, a mesma qualidade de oferta de trabalho pode ser encontrada nos diferentes segmentos e, por isso mesmo, alcançar diferenciados níveis de remuneração. A influência das variáveis típicas do capital humano, como educação e experiência, na definição da posição ocupacional e no salário depende do segmento em que o indivíduo se encontre. Os trabalhadores ficam, portanto, subordinados às regras e protocolos de cada um desses segmentos (MENEZES, BISPO FILHO, 2004).

A tese da segmentação do mercado aponta uma direção diferente da tese do capital humano, que aponta investimentos variáveis individuais como educação, saúde, formação e migração. A primeira analisa o mercado de trabalho de maneira descontínua, abordando a

gestão da mão-de-obra nos diferentes segmentos. Gestão esta que permite construir uma relação entre o trabalhador e a firma, de maneira que os investimentos em qualificação são recíprocos, ou seja, em parte são financiados pelas firmas e em parte são financiados pelos próprios trabalhadores. Enquanto que para a teoria do capital humano, os investimentos em qualificação da mão-de-obra devem ser financiados pelos próprios indivíduos, os quais comparam os gastos em investimentos com suas expectativas de rendimentos futuros.

Para a tese da segmentação, não é a detenção de uma maior dotação de capital humano que garante ao trabalhador o ingresso no mercado interno; antes pelo contrário, ao ingressar no mercado interno é que possibilita ao trabalhador possuir mais investimentos em capital humano. Essa importante inversão permite que se entenda o maior investimento em atividades internas à empresa e uma preferência de determinadas qualificações em detrimento de outras, de maneira que os processos seletivos de mão-de-obra tendem a considerar esses aspectos e os investimentos em capital humano do mercado interno acabam por depender da demanda dos bens e serviços aí produzidos.

No Brasil, grande parte do seguro social dos trabalhadores resulta da contribuição para com a previdência social. Essa previdência é, portanto, uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus assegurados. Esses direitos tomam a forma de uma renda transferida ao trabalhador e utilizada pelo mesmo quando acontece algum tipo de acontecimento fortuito, infortúnio e/ou acidente em que se verifica a perda da capacidade de trabalho, seja por motivo de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, até mesmo por maternidade e reclusão.

Poranto, um trabalhador que contribui com a previdência tem assegurado um rendimento que garanta sua sobrevivência, quando ocorre algum tipo de situação em que o mesmo perde a capacidade do exercício de sua atividade laboral, esses são os chamados trabalhadores registrados. Enquanto que os não contribuintes não têm a garantia desse direito, são os chamados ocupados não registrados⁽³⁾. O registro na previdência permite aos trabalhadores uma maior segurança para o futuro; por outro lado, muitas empresas reclamam das obrigações fiscais e tributárias, permitindo ações que conduzam à não contribuição, simplesmente deixando de registrar seus trabalhadores. Esse é o caso de muitas pequenas e micro-empresas que optam por não contribuir, mesmo que se arrisquem diante da fiscalização e suas multas. Isso ocorre naturalmente por compreenderem que a fiscalização por parte do governo é precária. Assim, ao não empregarem com registro em carteira essas empresas também lançam seus trabalhadores à incerteza.

Esse tipo de incerteza também acontece com o trabalhador autônomo, na medida em que ele opte por não contribuir com a previdência social. Essa decisão decorre de um cálculo implícito em que ele deixa de contribuir quando prefere aumentar a renda presente em detrimento da renda futura, isso acontece, na maior parte das vezes, quando a renda presente é pequena, mesmo que problematize sua aposentadoria.

Não obstante, essa opção por contribuir ou não causa grandes problemas para a própria previdência, na medida em que o sistema perde a arrecadação desses não contribuintes. Nesse sentido, *Marques e Batich* defendem que o desequilíbrio entre a receita e a despesa

(3) Essa diferenciação talvez permita incluir o trabalhador não registrado dentro do subconjunto da economia submersa, a qual é entendida como todas as atividades não institucionalizadas (CACCIAMALI, 1991).

do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve-se, principalmente, à precarização do mercado de trabalho, e não ao processo de envelhecimento da população brasileira. Não se pode esquecer que o fraco crescimento do país ao longo da década de 1990 contribuiu com o baixo crescimento da ocupação registrada, impondo uma certa estabilidade da ocupação não registrada, além de flutuações da ocupação autônoma, impactando naturalmente sobre as contas do INSS.

A década de 1990 apresentou taxas de desemprego elevadas, como também um aumento na participação do mercado informal de trabalho. Isso ocorreu exatamente em uma época em que houve redução no crescimento demográfico brasileiro, momento esse que poderia estar gerando mais recursos para o beneficiamento previdenciário. Assim, quando se deveria gerar receita, foi iniciado um processo de geração de déficit previdenciário. O déficit da receita da previdência se deu, portanto, não apenas pela baixa criação de empregos de carteira assinada, mas também pela existência de uma inelasticidade do emprego sem carteira e do crescimento da ocupação autônoma não-contribuinte. No final dessa década, os gastos com benefícios superaram a contribuição dos registrados em carteira, gerando assim uma necessidade do sistema previdenciário buscar nas formas de ocupação não registrada algum tipo de contribuição. Não é estranho que se perceba o interesse em políticas de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nessa década, as quais se seguem até o presente momento.

4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO AUTÔNOMO EM SALVADOR

A estrutura de ocupação do mercado de trabalho de Salvador é marcada por fraca mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais. A informalidade presente nesse mercado de trabalho é bastante grande, o que possibilita encontrar aí muitas atividades precárias que reproduzem a exclusão social. Para avaliar essa estrutura foi utilizada a base de dados da PED-RMS, sendo filtrados os dados dos trabalhadores autônomos de Salvador. A forma de trabalho do autônomo é essencial para o sistema produtivo brasileiro atual, independentemente da satisfação que o trabalhador autônomo possa alcançar. Isso porque garante uma razoável alocação de mão-de-obra, que naturalmente teria muita dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido sobretudo à sua baixa qualificação.

Tabela 1

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e contribuição à previdência

Posição na Ocupação por Contribuição ao INSS	Percentual	Acumulado
Total	100,0	100,0
Autônomo c/ contribuição	2,6	
Autônomo s/ contribuição	19,5	22,1
Assalariado c/ contribuição	50,7	
Assalariado s/ contribuição	11,5	62,2
Outros c/ contribuição ¹	6,4	
Outros s/ contribuição ¹	9,3	15,7

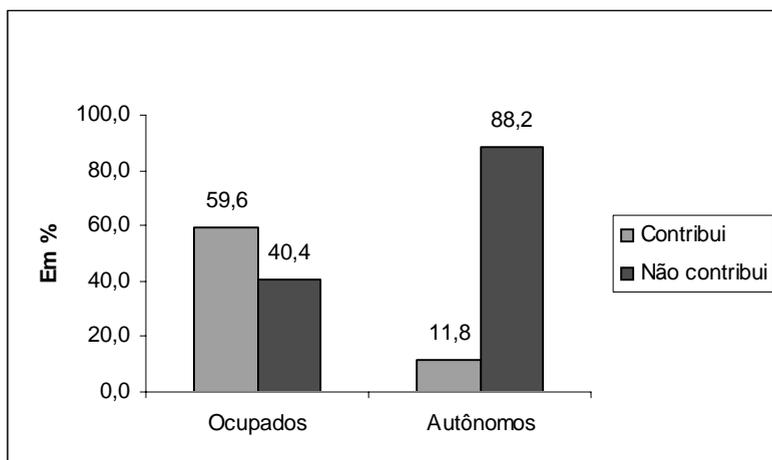
FONTE: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(1) Incluem empregadores, domésticos, trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

Na cidade de Salvador, conforme os dados da PED para os anos em análise (2005-2006), os trabalhadores autônomos respondem por 22,1% da ocupação total; enquanto os assalariados representam 62,2% dessa mesma ocupação (Tabela 1). Os assalariados com contribuição à previdência são maioria da força de trabalho (50,7%); em seguida destacam-se os trabalhadores autônomos sem contribuição (19,5%) e os assalariados sem contribuição (11,5%). Os autônomos com contribuição representam a menor parcela da população ocupada de Salvador, com apenas 2,6%.

O Gráfico 1 apresenta a proporção de autônomos que contribuem para a previdência em relação à proporção de ocupados na mesma condição. Os autônomos com contribuição à previdência representam apenas 11,8% da categoria; enquanto que para os ocupados como um todo esse percentual alcança 40,4%. Esse contraste denota uma condição precária de inserção no mercado de trabalho para os trabalhadores autônomos dessa cidade, em que os direitos sociais deixam de ser garantidos.

Gráfico 1
Condição de contribuição à previdência social



FONTE: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

A Tabela 2 apresenta a distribuição da população ocupada e autônoma da cidade de Salvador, segundo alguns atributos pessoais e econômicos e condição de contribuição à previdência social. Uma inspeção dessa tabela permite dizer que o percentual de homens autônomos que contribuem com a previdência social (60,0%) é mais elevado que para o conjunto dos homens ocupados (55,5%). Com respeito às mulheres, percebe-se uma situação inversa, ou seja, o percentual de mulheres autônomas que contribuem para a previdência se mostra menos elevado (39,5%) que para o conjunto das mulheres ocupadas (44,5%). Isso deixa patente que a condição da mulher autônoma é ainda pior que a dos homens, pois a garantia de seus direitos se mostra em uma situação menos favorável.

Segundo a cor dos trabalhadores, existe uma relação similar em termos de contribuição à previdência social. Percebe-se que o percentual de ocupados brancos que contribuem

à previdência é menos significativo (17,5%) que aquele dos trabalhadores autônomos na mesma condição (20,7%). Entretanto, quando se trata de trabalhadores negros tem-se uma relação invertida, ou seja, o percentual de ocupados negros com contribuição à previdência é de 82,%, contra 79,2% quando esse trabalhador negro é autônomo.

Interessante notar que a condição de contribuição por faixa etária se mostra mais favorável para os trabalhadores autônomos quando estes têm mais de 50 anos de idade. Tem-se assim que 28,7% dos autônomos nessa faixa etária contribuem para a previdência social, contra apenas 13,1% para o conjunto dos ocupados na mesma faixa de idade. Entre os trabalhadores entre 26 e 50 anos, a condição de contribuição à previdência se mostra bem mais equilibrada, ou seja, 69,4% dos ocupados nessa faixa de idade são contribuintes contra 65,8% quando se trata de um trabalhador autônomo na mesma condição de idade.

Em termos de posição na família, os autônomos, quando na condição de chefe de família, são relativamente mais frequentes na condição de contribuintes à previdência (64%) que o conjunto total dos ocupados chefes de família (50,1%). Já o conjunto de ocupados em outra posição familiar que não chefe de família apresenta uma frequência de contribuição maior que os trabalhadores autônomos da mesma condição, isso porque 49,9% dos ocupados não chefes de família contribuem para a previdência, quando esse percentual é de 36,0% quando se trata de um trabalhador autônomo na mesma condição familiar.

Ainda analisando a Tabela 2, uma inspeção da condição de contribuição à previdência, por grau de instrução dos trabalhadores de Salvador, permite dizer que os ocupados na faixa do ensino fundamental incompleto contribuem proporcionalmente menos à previdência (15,5%) que os autônomos (24,3%). Essa relação se mostra bem mais equilibrada para os trabalhadores com ensino fundamental completo e/ou ensino médio incompleto, 13,4% para os ocupados contra 15,2% para os autônomos. Também é razoavelmente equilibrada a condição de contribuição para aqueles que detêm o ensino médio completo e/ou o ensino superior incompleto, pois 50,0% dos ocupados nessa faixa de escolaridade contribuem para a previdência, contra 48,0% dos autônomos nessa mesma faixa de escolaridade.

No que tange a estabilidade, percebe-se que a proporção de trabalhadores autônomos há mais de cinco anos em atividade e com contribuição à previdência é mais elevada que a dos ocupados. Mais da metade dos autônomos (53,1%) com mais de cinco anos nessa atividade contribuem para a previdência social, contra apenas 39,9% do conjunto dos ocupados na mesma situação. Entretanto, as coisas se invertem quanto à condição de estabilidade de até cinco anos, isso porque 60,1% dos ocupados nessa faixa de estabilidade são contribuintes da previdência, quando apenas 46,9% dos autônomos na mesma condição de estabilidade contribuem.

Continuando uma inspeção da Tabela 2, pode-se analisar a distribuição dos ocupados e autônomos que não contribuem com a previdência social, segundo os mesmos atributos pessoais e econômicos já explicitados. Segundo o sexo, os homens autônomos são proporcionalmente mais presentes como não contribuintes (57,5%) que os ocupados de modo

geral (49,3%); enquanto as mulheres autônomas aparecem de maneira inversa, ou seja, elas são mais freqüentes na não contribuição quando ocupadas (50,7%) que como autônomas (42,5%). Já pelo critério da cor tem-se que, os negros não contribuintes apresentam uma proporção muito mais elevada para os autônomos (89,4%) que para os ocupados de modo geral (88,7%).

Também segundo as faixas etárias, os autônomos se mostram mais freqüentes como não contribuintes da previdência social, isso acontece tanto para a faixa de idade entre 26 e 50 anos (63,5% e 58,4% respectivamente), quanto para aqueles com mais de 50 anos (20,0% e 15,0% respectivamente). Apenas para a faixa de idade entre 18 e 25 anos é que os ocupados em seu conjunto são relativamente mais presentes como não contribuintes, 26,6% para os ocupados contra 16,5% para os autônomos.

Considerando a posição na família dos trabalhadores que não contribuem com a previdência social, tem-se que os autônomos são relativamente mais presentes na condição de chefe de família não contribuinte (52,4%) que os ocupados na mesma condição (42,6%).

Os autônomos não contribuintes da previdência social apresentam freqüência relativamente mais significativa que os ocupados como um todo quando se encontram nas faixas mais baixas de escolaridade. Isso ocorre para os analfabetos, para os que detêm o ensino fundamental incompleto e para os que possuem o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto. Essa relação se mostra alternada quando as faixas de escolaridade se elevam. Assim é que os ocupados não contribuintes são mais presentes que os autônomos na mesma condição, quando detêm o ensino médio completo ou o ensino superior incompleto (36,8% contra 32,5%) e quando possuem o ensino superior completo (5,2% contra 3,2%).

Tabela 2
Distribuição dos ocupados e autônomos por atributos pessoais e contribuição à previdência

Atributos Pessoais	Contribuição à previdência		Não contribuição	
	Ocupados	Autônomos	Ocupados	Autônomos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Masculino	55,5	60,5	49,3	57,5
Feminino	44,5	39,5	50,7	42,5
Cor				
Negra	82,5	79,2	88,7	89,4
Branca	17,5	20,7	11,3	10,6
Faixa Etária				
18 a 25 anos	17,5	5,5	26,6	16,5
26 a 50 anos	69,4	65,8	58,4	63,5
Mais de 50 anos	13,1	28,7	15,0	20,0
Posição na Família				
Chefe	50,1	64,0	42,6	52,4
Não chefe	49,9	36,0	57,4	47,6
Grau de Instrução				
Analfabetos/S.E.(1)	1,0	-	4,0	5,2
Ensino Fundamental Incompleto	15,5	24,3	33,9	38,5
Ens. Fundam. Comp. + Ens. médio Incomp.	13,4	15,2	20,0	20,4
Ens. Médio Comp. + Ens. Sup. Incompleto	50,0	48,0	36,8	32,5
Superior Completo	20,0	-	5,2	3,2
Estabilidade (2)				
Até 5 anos	60,1	46,9	73,9	62,1
Mais de 5 anos	39,9	53,1	26,1	37,9

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(1) Analfabetos e sem escolaridade declarada.

(2) Corresponde ao tempo na atual ocupação.

A condição de estabilidade é também um importante fator que influencia a não contribuição à previdência social. Assim é que 73,0% dos ocupados com até cinco anos na mesma atividade são não contribuintes, contra 62,1% de autônomos na mesma condição. Já para os ocupados sem contribuição com mais de cinco anos na mesma atividade representam 26,1%, enquanto que para os autônomos na mesma condição essa proporção é de 37,9%.

A Tabela 3 apresenta uma distribuição dos trabalhadores autônomos e assalariados da cidade de Salvador, segundo a condição de contribuição à previdência social e por faixas de rendimentos mensais e de jornada semanal de trabalho. Uma inspeção dessa tabela permite dizer que os trabalhadores autônomos sem contribuição encontram-se mais pre-

sententes na faixa inferior de rendimentos (50,0%), relativamente aos que contribuem para a previdência (18,8%). Enquanto que os autônomos com contribuição aparecem mais frequentes na faixa de rendimento acima de R\$ 600 (54,4%). Por outro lado, os assalariados com contribuição à previdência aparecem mais na faixa superior de rendimentos. São 52,6% dos assalariados com contribuição presentes nessa faixa de rendimentos mensais, contra apenas 17,0% dos assalariados sem contribuição à previdência.

Uma comparação entre autônomos e assalariados permite mostrar que a participação relativa dos autônomos sem contribuição à previdência é superior à participação relativa dos assalariados na mesma condição quando os rendimentos vão até R\$ 600. Enquanto 50,0% dos autônomos encontram-se nessa faixa de rendimentos mensais, apenas 30,3% dos assalariados estão na mesma condição de rendimentos. Entretanto, na faixa superior de rendimentos os autônomos sem contribuição são frequentes (21,2%), contra 17,0% dos assalariados também sem contribuição.

Tabela 3
Distribuição dos autônomos e assalariados por faixas de rendimento médio real mensal⁽¹⁾ e por jornada média semanal de trabalho

Faixas	Autôn. c/ con- tribuição	Autôn. s/ con- tribuição	Assalar. c/ contribuição	Assalar. s/ contribuição	Total (2)
Faixas de Rendimento (3)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até R\$ 300,00	18,8	50,0	2,4	30,3	20,7
Entre R\$ 301,00 até R\$ 600,00	26,8	28,8	45,0	52,7	41,2
Mais de R\$ 600,00	54,4	21,2	52,6	17,0	38,1
Jornada de Trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 44 horas	45,7	54,4	61,0	60,6	56,0
Mais de 44 horas	54,3	45,6	39,0	39,4	44,0

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(1) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Refere-se ao total de ocupados.

(3) Inflator utilizado — Índice de Preços ao Consumidor — SEI. Valores em Reais de Abril — 2007.

Outra forte diferença aparece entre autônomos e assalariados sem contribuição na faixa intermediária de rendimentos mensais, pois os assalariados têm um peso de 52,7% nessa faixa, enquanto o peso dos autônomos é de 28,8% na mesma faixa. Quando se trata dos assalariados e autônomos com contribuição à previdência essa mesma relação subsiste, pois os autônomos com contribuição na faixa intermediária de rendimentos representam 26,8% do total de trabalhadores autônomos, enquanto esse percentual é de 52,7% quando se trata dos assalariados com contribuição.

Os trabalhadores autônomos sem contribuição também estão mais presentes na faixa de jornada semanal média de trabalho superior à legal (mais de 44 horas semanais). Assim é que 45,0% dos autônomos sem contribuição à previdência trabalham mais que o legalmente permitido, enquanto que esse percentual é de 39,4% para os assalariados na mesma condição de contribuição. Também os autônomos com contribuição são mais frequentes na faixa de jornada de trabalho superior à legal, isso porque 54,3% dessas pessoas trabalham mais de 44 horas semanais, contra 39,0% dos assalariados que contribuem para com a previdência.

A análise da Tabela 3 permite, portanto, concluir que, na média, as condições de remuneração mensal e de jornada de trabalho são menos favoráveis aos trabalhadores autônomos relativamente aos assalariados; isso ocorre independentemente da condição de contribuição à previdência. Por outro lado, a condição do autônomo sem contribuição é relativamente pior que aquela dos assalariados na mesma condição.

A Tabela 4 apresenta uma visualização dos rendimentos médios dos trabalhadores autônomos por forma de inserção no mercado de trabalho e por sexo e cor.

Tabela 4
Rendimento médio real mensal⁽¹⁾ dos autônomos por sexo e cor

Rendimento Médio Mensal⁽²⁾	Autônomos ao Público	Autônomos à Empresa	Total
Sexo	453	816	512
Homem c/ contribuição	1040	1584	1183
Homem s/ contribuição	498	771	549
Mulher c/ contribuição	596	-	763
Mulher s/ contribuição	307	488	327
Cor	453	816	512
Branco c/ contribuição	-	-	1392
Branco s/ contribuição	616	1217	735
Negro c/ contribuição	806	1224	904
Negro s/ contribuição	386	596	417

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(1) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inflator utilizado — Índice de Preços ao Consumidor — SEI. Valores em reais de abril — 2007.

Uma inspeção da Tabela 4 permite apontar que os autônomos que têm suas atividades voltadas à empresa possuem rendimentos superiores aos dos autônomos voltados ao público em geral. Essa vantagem em termos de rendimentos mensais é independente da condição de gênero e de cor das pessoas envolvidas na atividade autônoma de Salvador. Essa diferença é potencializada quando o autônomo contribui para a previdência social. Entretanto, a mulher e o negro possuem, em média, rendimentos inferiores aos do homem e do branco respectivamente, isso ocorre em qualquer situação de contribuição à previdência.

cia. Segundo o sexo, o rendimento médio mensal mais elevado é o do homem que tem suas atividades voltadas às empresas; seguindo-se os rendimentos dos homens com trabalho voltado ao público em geral. Segundo a cor, os rendimentos mais elevados vão para os negros que contribuem para a previdência social e têm suas atividades voltadas às empresas, somente em segundo lugar aparecem os rendimentos dos brancos sem contribuição, mas também com atividades voltadas às empresas.

A Tabela 5 auxilia em uma avaliação dos rendimentos mensais dos trabalhadores autônomos por setores da atividade econômica. A indústria constitui o setor que melhor paga aos trabalhadores autônomos, em média R\$ 566 mensais. O comércio vem em segundo lugar, com uma remuneração mensal média de R\$ 561. Somente depois aparecem as atividades do comércio, que remuneram os trabalhadores autônomos em média R\$ 434 por mês.

As “outras atividades” são as que apresentam os piores rendimentos para os autônomos. Vale ressaltar que a maioria dos trabalhadores autônomos se encontram no setor de serviços, o que vale dizer que os serviços são o principal pólo de atividades dos trabalhadores autônomos.

Tabela 5
Rendimento médio real mensal⁽¹⁾ dos autônomos por setor de atividade

Setor de Atividade Econômica	Rendimento Médio Mensal ⁽²⁾
Total	512,00
Indústria	566,00
Comércio	434,00
Serviços	561,00
Outros ⁽³⁾	284,00

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inflator utilizado — Índice de Preços ao Consumidor — SEI. Valores em reais de abril — 2007.

(3) Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos, e Outras Atividades.

Uma caracterização do segmento de autônomos, tendo em vista uma avaliação dos determinantes de seus rendimentos, pode ser visualizada pela Tabela 6 abaixo.

Tabela 6
Distribuição dos trabalhadores autônomos segundo a forma de atuação no mercado e condição de contribuição à previdência social

Tipo		Previdência		Total
		Não	Sim	
Autônomo ao público	Linha	89,9	10,1	100,0
	Coluna	84,7	73,1	83,3
Autônomo à empresa	Linha	81,3	18,7	100,0
	Coluna	15,3	26,9	16,7
TOTAL	Linha	88,4	11,6	100,0
	Coluna	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

O segmento dos trabalhadores autônomos pode ser analisado segundo os critérios já avançados: forma de atuação no mercado e condição de contribuição à previdência social. Antes de uma análise da Tabela 6, é bom lembrar que esses critérios se sobrepõem. A categoria de autônomos ao público tem um maior peso relativo no conjunto dos autônomos (83,3%), contra 16,7% de autônomos voltados à empresas. No entanto, os autônomos voltados às empresas são mais que proporcionalmente contribuintes para com a previdência (26,9%); enquanto os autônomos voltados ao público em geral são sub-representados quando se trata de contribuir para a previdência (73,1%). Por outro lado, tem-se que apenas 10,1% dos autônomos ao público são contribuintes para a previdência, contra 18,7% dos autônomos com atividades voltadas à empresas. Isso confirma que apenas uma minoria desses trabalhadores tem uma prática de contribuição (11,6%).

Todo esse desenvolvimento serve para manifestar uma forma de corte entre os trabalhadores autônomos da cidade do Salvador, tendo em vista a análise dos determinantes dos rendimentos desses trabalhadores. Dessa forma, serão considerados dois critérios de segmentação. O primeiro que considera os trabalhadores autônomos pela ótica da contribuição à previdência social, ou seja, se contribuem ou não para com essa previdência. Enquanto o segundo critério considera os autônomos pela ótica da sua forma de atuação no mercado de trabalho, ou seja, se têm suas atividades voltadas às empresas ou voltadas ao público em geral. O argumento para esse corte é pautado na tese da segmentação do mercado de trabalho, a qual é aplicada para uma análise interna de uma categoria de trabalhadores bem específica, a dos trabalhadores autônomos.

5. DETERMINANTES DA RENDA DOS AUTÔNOMOS

Esta parte do trabalho objetiva uma avaliação dos determinantes dos rendimentos dos trabalhadores autônomos da cidade do Salvador. Com essa estimativa, pode-se analisar os principais atributos pessoais e econômicos que contribuem na formação dos rendimentos desses trabalhadores. Para levar a termo essa estimativa, foram consideradas as

variáveis independentes disponíveis e normalmente usadas na literatura, tal como segue na relação abaixo:

“Escolaridade: variável contínua medida em anos completos de estudo e representando a escolaridade do indivíduo. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável, tendo em vista que o rendimento provido pelo indivíduo normalmente deve aumentar com a escolaridade.

Experiência: variável contínua medida em anos representando a experiência de trabalho do trabalhador. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável, já que a experiência profissional do indivíduo permite maior conhecimento das tarefas do trabalho para melhor poder exercê-las. Essa variável é estimada por meio da idade subtraída a escolaridade e os seis anos referentes à infância.

Estabilidade: variável contínua medida em anos em que representa o tempo que o trabalhador encontra-se na mesma ocupação. Também é esperado um sinal positivo para esta variável, vez que esse tempo de ocupação parece exercer um efeito similar ao da experiência profissional. A adaptação do indivíduo ao trabalho ao longo do tempo permite maior desenvoltura no desempenho das tarefas de forma a garantir, ao menos, a manutenção dos rendimentos.

Horas de trabalho no mês: variável contínua medida em número de horas mensais trabalhadas. Espera-se um sinal positivo para esta variável. Isso porque quanto maior o tempo despendido, em uma atividade, maior deverá ser o rendimento auferido.

Sexo: variável binária que representa as seguintes situações: Mulher=0 e Homem=1. Espera-se que em média o homem recebe maiores rendimentos que a mulher, logo esta variável deverá apresentar sinal positivo.

Posição na família: variável binária representando as seguintes situações: Não chefe=0 e Chefe=1. Em média, espera-se que o chefe obtenha rendimentos superiores aos demais membros da família, logo o sinal dessa variável deve ser positivo.

Cor: variável binária representando as seguintes situações: Negro=0 e Branco=1. Em média, espera-se que os brancos recebam rendimentos mais elevados que os negros, por isso essa variável deverá apresentar sinal positivo.

Contribuição à previdência: variável binária representando as seguintes situações: Não contribui=0 e Contribui=1. Talvez o autônomo não contribuinte tenha mais renda por não contribuir, mas talvez o autônomo contribuinte possua um rendimento maior que lhe permita contribuir sem perder muito de sua renda.

Forma de atuação no mercado de trabalho: variável binária representando as seguintes situações: Público=0 e Empresas=1. Em média, espera-se que os trabalhadores às empresas obtenham rendimentos superiores aos trabalhadores ao público.”

A partir dessas variáveis, o modelo econométrico ajustado é dado pela seguinte forma:

$$y = \alpha + \beta_i X_i + e_i$$

onde: a e b são parâmetros a serem estimados, y representa o logaritmo neperiano da renda real dos trabalhadores autônomos, os X_i é a matriz de atributos pessoais e pro-

ditivos dos trabalhadores autônomos e ϵ_i é o componente estocástico do modelo, que se estima possuir uma distribuição de probabilidade normal com média zero com variância constante. Com exceção das variáveis qualitativas, todas as demais foram representadas em logaritmo neperiano, de sorte que imediatamente se pode dispor das elasticidades dessas variáveis sobre os rendimentos dos trabalhadores autônomos. Os resultados representam as médias do período analisado, ou seja, 2005 e 2006.

Todos os coeficientes de regressão de rendimentos contidos no Quadro 1 apresentaram significância estatística. Isso aconteceu após uma série de regressões realizadas e serem descartadas as variáveis menos significativas. O R^2 , que fornece a proporção da interferência das variáveis independentes sobre a variável dependente, alcançou um valor de 0,404, esse valor é relevante e fica garantido por uma estatística F de 597,77. Essa relevância fica ainda ressaltada pelo fato de se tratar de uma análise transversal, quando normalmente os R^2 são mais baixos. O Quadro abaixo expõe os resultados da regressão linear.

A relação entre escolaridade e rendimentos é uma das relações empíricas mais bem sucedidas na literatura da economia do trabalho. A hipótese mais freqüente é o fato da escolaridade alterar a capacidade produtiva do trabalhador, aumentando a eficiência de suas atividades e até permitindo escolhas ocupacionais mais valorizadas no mercado de trabalho. O nível de escolaridade do trabalhador autônomo de Salvador se mostrou como importante fator na determinação de seu rendimento. Segundo a estatística t , a escolaridade foi considerada a principal variável na determinação da renda do trabalhador autônomo dessa cidade. O coeficiente positivo dessa variável reforça a hipótese prevista de que seus efeitos geram um incremento no nível de renda desses trabalhadores. Fica estimado empiricamente que para cada ponto percentual a mais da escolaridade tende a aumentar o rendimento do trabalhador autônomo em 0,637%.

Quadro 2
Coefficientes estimados da equação de rendimentos

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	1,301	,087		15,005	,000
	lnEscol	,637	,018	,332	34,949	,000
	lnExp	,233	,016	,156	14,463	,000
	lnEstab	,096	,006	,141	15,075	,000
	Sexo	,459	,022	,206	20,471	,000
	Chefe	,165	,023	,075	7,081	,000
	Cor	,332	,030	,097	11,014	,000
	Previdência	,441	,031	,128	14,384	,000
	Forma de atuação	,362	,026	,123	13,657	,000
	lnHorMes	,381	,014	,262	28,093	,000

N = 7.923 R² = 0,405 R²Ajust = 0,404 F = 597,77 SigF = 0,000

FONTE: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

A segunda variável mais importante do modelo, segundo a estatística t , foram as horas trabalhadas no mês. Essa variável, como era de se esperar, relaciona positivamente o tempo dedicado ao trabalho com o rendimento dos trabalhadores autônomos. Assim, estimou-se que para cada ponto percentual de hora adicional trabalhada no mês, ocorre um incremento de 0,381% no rendimento do trabalhador autônomo.

Na seqüência de importância das variáveis do modelo tem-se a variável sexo. Ficou estimado que os homens têm, em média, rendimentos 45,9% mais elevados que os das mulheres no trabalho autônomo em Salvador. A diferenciação de rendimentos entre os sexos pode estar escondendo uma forte discriminação contra as mulheres, já que em média elas possuem escolaridade mais elevada que a dos homens, e mesmo assim a mulher ganha em média menos que o homem. Dessa forma, a forte discriminação contra as mulheres, presente no mercado de trabalho de Salvador, também alcança o trabalho autônomo.

A estabilidade permite ao indivíduo aprimorar sua capacidade de trabalho e aumentar a chance de sucesso em sua atividade econômica. A estabilidade reforça a idéia de que quanto mais tempo o trabalhador se mantenha em uma mesma atividade, mais ele consegue rendimentos mais elevados. A relação entre a variação percentual dessa variável foi de 0,096%, de maneira que se pode dizer que para cada ponto percentual de tempo na mesma atividade o trabalhador autônomo de Salvador aumente em 0,096% sua condição de ganhos monetários.

A experiência é a variável que aponta os ganhos de conhecimento por meio da prática de uma atividade econômica. Assim, quanto mais elevada essa experiência, maior vantagem o indivíduo pode tirar de seu trabalho em termos de benefício monetário. No modelo em análise, ficou evidenciada essa relação positiva para os autônomos de Salvador, ou seja, em média eles recebem 0,233% para cada ponto percentual a mais de experiência.

A contribuição à previdência também se mostrou importante no modelo. De fato, essa variável demonstra que um contribuinte ganha em média 44,1% a mais do que um autônomo que não contribua para a previdência social. Uma possível explicação para este resultado é que o autônomo que ganha mais acaba por ter uma melhor condição para contribuir com a previdência, sem que isso prejudique sua renda presente. A forma de atração no mercado de trabalho aponta que os rendimentos em média de um autônomo que trabalha para empresas é 36,2% maior do que os de um que trabalha ao público. Isso advém do tipo de trabalho que o autônomo presta, de forma que, provavelmente, é esse autônomo que mais contribui para a previdência social.

A cor dos trabalhadores autônomos aponta um diferencial de rendimentos mensais em favor dos autônomos brancos. O trabalhador autônomo branco de Salvador recebe, em média, 33,2% a mais que o trabalhador autônomo negro. Uma avaliação da discriminação contra o negro autônomo deve ser feita, no entanto, com bastante cuidado, pois essas pessoas são as que possuem menos escolaridade, de maneira que é mais fácil se falar de desigualdades distributivas, muito embora a discriminação econômica não possa ser descartada, já que a diferença de escolaridade também pode ser afetada pelo preconceito.

O chefe de família receba em média 16,5% a mais que os não chefes, isso pode ser explicado pela maior responsabilidade familiar que essas pessoas possuem, de maneira que acabam aceitando desafios que os demais componentes da família recusam. O chefe tem uma maior necessidade em captar maiores rendimentos devido a sua própria posição na família.

A forma de atuação no mercado de trabalho, se com atividades voltadas às empresas ou ao público em geral, se mostrou como a variável mais frágil em termos do teste *t*. No entanto o coeficiente dessa variável foi razoavelmente elevado. O autônomo com atividade para as empresas ganha, em média, 36,2% a mais que aquele com atividade para o público em geral.

CONCLUSÕES

O trabalhador autônomo de Salvador tem um perfil de idade relativamente jovem, 63,8% deles têm idade entre 26 e 50 anos. A maioria é constituída de homens (57,8%), embora o número de mulheres não seja desprezível. O autônomo tem um peso maior de negros (88,2%), um percentual um pouco mais elevado que a participação negra na ocupação total (85%). No quesito escolaridade, o autônomo de Salvador possui um perfil pouco qualificado, pois 41,6% deles possuem apenas uma escolaridade que vai até o ensino fundamental incompleto e somente 4,1% deles detêm escolaridade de nível superior. Apenas 11,8% desses trabalhadores contribuem com o INSS, sendo que entre os que contribuem 54,3% deles exercem uma jornada de trabalho acima do permitido por lei, ou seja, superior a 44 horas. O trabalhador autônomo de Salvador tem maiores rendimentos na indústria e no setor de serviços.

O diferencial de rendimento entre autônomos que contribuem e os que não contribuem para a previdência social é bastante marcante. O autônomo de Salvador que não contribui é um trabalhador de baixo rendimento, 50% deles recebem até R\$ 300,00, enquanto que o trabalhador que contribui possui rendimentos mais elevados, 54,4% deles recebem acima de R\$ 600,00. Os homens ganham em média mais que as mulheres e os brancos ganham em média mais que os negros. Isso ocorre tanto em atividades voltadas ao público quanto para as empresas, isso independe da condição de contribuição à previdência.

O principal determinante do rendimento para o autônomo de Salvador é a escolaridade; seguindo-se a jornada de trabalho medida em horas mensais. A escolaridade contribui com 0,637% para cada variação de um ponto percentual e as horas trabalhadas no mês com 0,381%. A contribuição à previdência é a quinta variável mais importante que indica que o autônomo que contribui possui uma renda 44,1% superior à do autônomo que não contribui. A forma de atuação no mercado é a sexta, em que o autônomo que se dirige à empresa ganha 36,2% a mais que o autônomo que dirija suas funções para o público em geral.

A maior contribuição deste trabalho foi proporcionar uma avaliação do trabalho autônomo em Salvador, bem como sua importância na previdência. Os resultados empíricos

corroboram no sentido de se perceber que o motivo de tão baixa contribuição à previdência social, por parte desses trabalhadores, deve-se sobretudo a sua condição de ganho monetário. O elevado peso dos trabalhadores autônomos no mercado de trabalho de Salvador (22,1%), em si já é um motivo para serem feitas políticas de incentivo à contribuição, além daquelas voltadas a uma melhoria da qualidade desse trabalhador.

O crescimento absoluto deste segmento de mercado não se dá apenas em períodos de recessão da economia, mas também em períodos de prosperidade. Isso se deve, porque, em muitos casos, a auto-ocupação serve como válvula de escape ao desemprego que aparece por força de uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho, dificuldade essa que não acontece apenas pela ausência de postos de trabalho, mas também em decorrência de uma baixa qualificação do trabalhador. Existem indícios muito fortes de uma segmentação no mercado de trabalho no interior do segmento dos trabalhadores autônomos de Salvador, segmentação essa que amplia a segmentação já presente no conjunto desse mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BLANCHFLOWER, David G. Self-employment in OECD countries. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, jan 2000. (Working Paper) 7486. Disponível em: <www.nber.org/papers/w7486> Acesso em: 30 jun. 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: *Distribuição de renda no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, José Celso; FERNANDES, Susane. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. *Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, IPEA/MTE, out. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_014i.pdf> Acesso em: 27 jun. 2007.

DOERINGER, Peter; PIORE, Michael J. *Internal labor markets and manpower analysis*. Massachusetts: Lexington, 1971.

KAROLY, Lynn A.; ZISSIMOPOULOS, Julie. *Self-employment trends and patterns among older US workers*. Santa Monica, dez. 2003 (Working papers). Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/working_papers/2004/RAND_WR136.pdf> Acesso em: 30 jun. 2007.

KON, Anita. *Perfil ocupacional dos trabalhadores por conta-própria no Brasil*. São Paulo: PUC, 2002. (Texto para discussão, n. 5).

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana. Os impactos da evolução recente do mercado de trabalho no financiamento da previdência social. *Conjuntura Social*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 122-136, out./dez. 1999.

MENEZES, Wilson F.; BISPO FILHO, Leormínio Moreira. Segmentação e discriminação no mercado de trabalho de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 35, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2004_v35_n4_a6.pdf> Acesso em: 20 jul. 2007.

MENEZES, Wilson F.; CRUZ, José Valmir Batista da. O trabalho autônomo na estrutura de ocupação da Região Metropolitana de Salvador. *VI Encontro Regional da ABET*, João Pessoa, 2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/pg_se_cundarias/previdencia_social.asp> Acesso em: 30 jun. 2007.

NOORDERHAVEN, Niels G. *et al.* *Self-employment out of dissatisfaction: an international study*. Tinbergen Institute, 1999 (Discussion Papers, n 99-089/3).

WILLIAMS, David. Fora da seguridade social? Os trabalhadores autônomos: previdência social para aqueles que provêem sua própria ocupação. *Conjuntura Social*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 137-165, out./dez. 1999.